CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO DE 2013

Índice:

INTRODUÇÃO.....2
PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2013.....2
PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCICIO DE 2013.....4
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....6
Objectivos de Gestão.....6
Gestão do Risco Financeiro.....6
Limite Máximo de Endividamento.....7
Prazo Médio de Pagamentos.....8
Divulgação de Atrasos nos Pagamentos.....8
Diligencias tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do accionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2012 – (não aplicável).....8
Remunerações dos Órgãos Sociais.....8
Parque Automóvel.....12
Plano de Redução de Custos.....12
Redução do Número de Efectivos e de Cargos Dirigentes.....13
Principio da Unidade de Tesouraria do Estado.....13
RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS.....13
INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DE SEE.....14
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....15
NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....16
Nota Final.....16
Aplicação de Resultados.....17

INTRODUÇÃO

A **CE - Circuito Estoril, S.A.**, é uma sociedade anónima resultante, por um lado, da mudança de denominação da Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA e, por outro, da transferência de exploração de atividade e de ativos da Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA, já extinta em 2009 (ambas participadas a 100% pela PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS) SA, como sucede atualmente com a CE), operações essas promovidas e consubstanciadas em deliberação unânime por escrito da acionista, de 31 de Março de 2007.

A CE tem exercido a sua atividade centrada na valorização e na exploração da capacidade instalada do Circuito do Estoril, o seu único ativo

O Presidente, com funções não executivas, apresentou renuncia ao cargo em Julho de 2013.

Assim, o Conselho de Administração da empresa apresenta atualmente a seguinte composição:

Presidente, não executivo: por eleger
Vogais, executivos: José Manuel Pereira Mendes de Barros
Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2013

Em 2013 o Circuito do Estoril revelou-se uma vez mais como uma estrutura de significativa importância económica para a região de Turismo de Estoril e Cascais.

O ano de 2013 ficou marcado por ser mais um ano particularmente difícil para a indústria automóvel, com as vendas de veículos em baixa em Portugal a apresentar reflexos importantes quer ao nível das apresentações de novos modelos pelos diversos fabricantes, quer no plano dos testes e das provas desportivas. A menor procura por este tipo de serviços, aliada à concorrência entre os circuitos localizados no Sul da Europa, levou invariavelmente a uma redução do tempo de ocupação da maior parte dos circuitos, pressionando igualmente em baixa o preço a que os serviços são prestados. Como se referiu, o ambiente geral vivido neste segmento de atividade refletiu a situação de crise económica vivida na Europa, principal mercado emissor de negócio para o Circuito, com as equipas e marcas a reduzirem substancialmente a realização deste tipo de eventos. As provas desportivas contam agora com menos

participantes inscritos e com menos patrocinadores, forçando os promotores a procurar soluções cada vez mais económicas em termos de preço e no próprio tempo de ocupação de pista.

O Estoril voltou a receber em 2013, as provas dos campeonatos nacionais de motociclismo e automobilismo bem como de algumas provas internacionais, tendo sido escolhido por marcas carismáticas para levarem a cabo apresentações mundiais, testes e cursos.

Assim, foram visíveis e prestigiantes as apresentações, nacionais e internacionais, com destaque para a apresentação da Jaguar "Dealer Training Event", com a apresentação do novo modelo desportivo da marca – F Type, evento para a formação da rede de vendas a nível europeu com duração de 36 dias. A BMW esteve também presente no Autódromo do Estoril com mais um lançamento da marca para a imprensa, o BMW Serie 4 Coupé com duração de 20 dias. Já a Michelin, apresentou os novos pneus para motos e no segundo semestre, a sua gama de produto desta vez para automóveis, também a nível internacional durante cerca de três semanas.

A nível nacional, várias marcas elegeram o Circuito do Estoril para ser o palco das suas apresentações de frota, como foi o caso da BMW Portugal, Porsche Ibérica e Renault Portugal. A BMW Motorrad realizou uma vez mais o evento "Driving Experience" dedicado aos seus clientes e imprensa.

O Circuito Estoril associou-se aos 50 anos do Porsche 911, que teve lugar em Cascais, em Junho, realizando uma "prova" e um "slalom" com a presença do prestigiado piloto Walter Röhrl.

Muitas individualidades e convidados estrangeiros voltaram assim a passar pelo nosso País, contribuindo para uma promoção ao mais alto nível do potencial turístico de Portugal, vista com muito agrado pela indústria hoteleira e de restauração, particularmente de Cascais, Sintra e Lisboa.

No plano da competição, passaram pelo Circuito do Estoril eventos internacionais como a prova do campeonato francês de resistência VdeV e "Endurance Super 7 by Kia" que contou com várias equipas vindas de Inglaterra. A nível nacional, realizaram-se as provas do campeonato nacional de duas e quatro rodas.

Salienta-se ainda que, para além das corridas, também o traçado do Estoril foi palco de diversas sessões de testes, de equipas nacionais e estrangeiras, realçando os testes das equipas do campeonato alemão DTM, e da categoria GP3 Series. A marca de pneus Michelin voltou uma vez mais a escolher o traçado do Estoril para testes de Inverno.

Realizaram-se ainda vários "Track Days" de motos de nível ibérico e europeu, e a empresa britânica Bookatrack trouxe, uma vez mais, cerca de 45 carros desportivos para rodarem no traçado do Estoril, que para muitos apaixonados da competição automóvel, é considerado mítico.

O Circuito foi ainda utilizado para eventos diversos, como testes comparativos para a comunicação social e filmagens.

PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2013

O ano de 2013 continuou a tendência do ano anterior com as vendas de veículos em baixa, apesar de se ter assistido a uma ligeira recuperação nesse setor no último trimestre do ano, mas sem repercussão no plano de atividades do circuito.

Naturalmente, estas circunstâncias apresentaram reflexos importantes quer ao nível das apresentações de novos modelos pelos diversos fabricantes, quer no plano dos testes e das provas desportivas. A menor procura por este tipo de serviços levou invariavelmente a uma redução do tempo de ocupação da maior parte dos circuitos, pressionando igualmente em baixa o preço a que os serviços são prestados.

Tendo este contexto em pano de fundo, foi possível chegar a um acordo consolidação da dívida constituída junto da Dorna Sports, em condições extremamente vantajosas para a empresa.

Assim, tendo patente a importância deste acordo, o que o mesmo significa de poupança para o Circuito Estoril, procedeu-se à assinatura dos contratos de consolidação e encontro de contas entre as partes, saldando a dívida e criando bases para um relacionamento futuro mais aprofundado.

Face a 2012, o volume de vendas reduziu-se 41% devido à não realização do MotoGP, o qual por si só originou em 2012 um volume de vendas de 1.755.000,00 euros. Não obstante, retirando o impacto do MotoGP nas vendas de 2012, o Circuito Estoril conseguiu em 2013 aumentar o volume de vendas em cerca de 30%. Apesar das condições económicas adversas, foram atingidos em 2013, 206 dias de ocupação, evidenciando um aumento considerável em relação a 2012 (188 dias).

Porém, a redução operada no Ativo ficou a dever-se fundamentalmente ao reconhecimento de imparidades nos ativos imobiliários afetos ao negócio, tendo estes factos patrimoniais ditado igualmente o agravamento dos resultados obtidos. Tais movimentos justificaram-se à luz dos novos dados e informação disponível, tanto mais que em exercícios anteriores alguns deles motivaram reservas e ênfases por parte do Revisor Oficial de Contas. Desta forma, foi solicitada uma avaliação da quantia recuperável a entidade independente, seguindo critérios contabilísticos (ou seja, na perspetiva da exploração da infraestrutura tal como esta se encontra e sem levar em conta ganhos decorrentes de alteração de condicionalismos e circunstâncias que atualmente impendem sobre a empresa e condicionam fortemente a sua atividade). As imparidades registadas resultantes desta avaliação foram de 11,7 milhões de euros.

Foram ainda registadas no exercício, imparidades resultantes de ativos fixos em curso no montante de 386 mil euros.

No entanto, a empresa não evidencia qualquer endividamento junto de entidades terceiras fora do grupo económico, tendo igualmente reduzido as dívidas a fornecedores, refletindo o PMP os termos negociados com os fornecedores.

Do lado dos resultados, estes factos, com particular incidência para o reconhecimento de imparidades várias, condicionaram os principais indicadores, tendo o EBITDA refletido uma inversão face a 2012. Por outro lado, o processo de amortização acelerado do edificado iniciado em 2007 com a transformação da SGA em Circuito do Estoril SA e que terminou em 2012, teve ainda reflexos significativos nos resultados operacionais da empresa, que assim fecha o exercício com um resultado negativo na ordem dos 12 milhões de euros, num agravamento de 249% face a 2012.

No que se refere a FSE, e também pelo facto de não se ter realizado o MotoGP em 2013, verificou-se uma redução drástica dos mesmos em cerca de 52% face a 2012, que foi igualmente acompanhado por uma redução de 19% nos gastos com pessoal e em outros gastos gerais de funcionamento, traduzindo uma maior eficiência. Foram renegociados vários contratos com os fornecedores e denunciados outros, potenciando os recursos internos na prossecução das tarefas anteriormente subcontratadas.

A Administração está, por isso, convicta que se trata de uma base que permitirá criar as condições para a apresentação de indicadores bem mais positivos no próximo ano, mormente os condicionalismos económicos que, embora se espere algum tipo de evolução positiva, certamente persistirão e que continuarão a afetar este negócio.

- Em termos de Capex para 2014, estão previstos investimentos inadiáveis e absolutamente decisivos na ordem dos 70.000,00 euros, repartidos entre a renovação da bomba de combustível localizada no "Paddock" no montante de 35.000,00 euros e a aquisição de hardware e software.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objectivos de Gestão

Constitui orientação estratégica interna, no cenário estatutário e tutelar referido, gerir o equipamento em causa com o objetivo central de criação de valor, assegurando o crescimento dos resultados líquidos com a visibilidade inerente e procurando, simultaneamente, manter os níveis endividamento residuais.

A atividade do Circuito Estoril encontra-se fortemente condicionada por circunstancialismos externos, desde logo de mercado, mas também por aqueles que são impostos pelos diferentes stakeholders, sejam as limitações impostas pelo enquadramento acionista e do regime das empresas públicas, por exemplo ao investimento, sejam aquelas que resultam do relacionamento com as forças vivas do concelho onde este equipamento se insere, designadamente em matéria de potenciação e de otimização do seu uso e exploração.

Em execução das orientações estratégicas externas e internas foram fixados objetivos de maximização da ocupação rentável e visível do Circuito do Estoril, num cenário condicionado, como o das perspetivas de conjuntura económica menos favorável.

É com satisfação que se constata e confirma, findo o exercício, que, face a conjuntura exterior progressivamente adversa, foram atingidos objetivos muito próximos do previsto a nível de ocupação de pista. Assim e designadamente, para uma prevista ocupação de 217 dias conseguiu atingir-se, em ambiente muito adverso, o patamar dos 206 dias, acima dos 188 conseguidos em 2012.

Gestão do Risco Financeiro

Com exceção dos suprimentos aportados pelo acionista único, a Parpública, os quais já no final de 2012 se situavam em pouco mais de 961 mil euros, tendo registado em 2013 um acréscimo de 1.000.000,00 euros, o "CE – Circuito Estoril, SA" não evidencia qualquer outra dívida remunerada no final do exercício. Existe ainda um descoberto em conta corrente, que no final do ano em análise não apresentava qualquer utilização. A exposição – não coberta – em matéria de risco de taxa de juro advém do facto desta vir a ser anualmente revista em alta por parte do acionista, refletindo o eventual aumento do custo associado aos seus próprios financiamentos.

Os gastos financeiros suportados pela Empresa no endividamento referido situaram-se, em 2013, em cerca de 59 milhares de euros.

Taxa Juro média Financiamento

Gastos

	2013		2012		2011		2010		2009	
	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média
Parpublica - suprimentos	58.915,90	5,60%	53.304,40	5,27%	50.487,09	5,25%	21.133,43	1,59%	22.599,93	2,63%
Conta caucionada	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 6,5%	7.403,66	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 6,5%	3.540,32	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 3,5%	252,19	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 3,5%	4.683,36	EURIBOR A 3 MESES + SPREED 0,975%

De notar que as condições da conta caucionada foram integralmente renegociadas no final de 2013.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Preocedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação de entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adopção de politica activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			as condições da conta caucionada foram integralmente renegociadas no final de 2013
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			
Opção pelos investimentos com comprovada rendibilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
Reflexão nas DF 2013 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Limite Máximo de Endividamento

Passivo Remunerado €	2013	2012	Variação Absoluta	Var %
Passivo não corrente	-	-		
Financiamnetos obtidos	-	-		
Passivo Corrente	-	-		
Financiamentos obtidos	1.961.658,88	961.658,88	1.000.000,00	104%
	1.961.658,88	**961.658,88**		

Prazo Médio de Pagamentos

	2013				2012				Variação (%) 4ºT 2013/4ºT2012
PMP	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
A fornecedores (dias)	511	1005	855	699	202	473	508	478	46%
A fornecedores (dias) - excluindo divida negociada	69	70	66	70	44	61	64	66	7%

O CE tem vindo a negociar prazos com os seus fornecedores à volta dos 67 dias. Em relação à primeira linha do quadro supra, o valor do PMP encontra-se substancialmente inflacionado por via de uma situação concreta cujo montante representava em 31/12/2012 cerca de 95% do saldo de fornecedores e que ficou completamente resolvido em 30/11/2013.

Divulgação de Atrasos nos Pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2013 dos Pagamentos em atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 Maio

	31/12/2013					
	Dívidas não vencidas	Dívidas vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
Tipo de encargos e compromissos nos termos do artigo 2.º DL n.º 65-A/2011		Entre 0 a 90 dias	Após 90 dias	Após 120 dias	Após 240 dias	Após 360 dias
Aquisições de bens e serviços	11.652,83	161.579,01				
Aquisições de capital						
Saldo em dívida	11.652,83	161.579,01				
Saldo em dívida Fornecedores (Total)	173.231,84					

"Atraso no pagamento", o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da factura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma

Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2012

Não aplicável.

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros do Conselho de Administração da empresa foram definidas através de DUE de 20 de Novembro de 2012, a qual teve por base os valores fixados pelos diplomas legais em vigor, e compatíveis com as boas práticas existentes em empresas de dimensão e complexidade semelhante.

As remunerações dos Dirigentes bem como dos restantes funcionários são aprovadas pelo Conselho de Administração, referindo-se ainda que as mesmas respeitam os princípios definidos na Lei Nº 66-B de 2012 a qual aprova o orçamento Estado para 2013, particularmente no que respeita à matéria remuneratória, concretamente em sede de reduções remuneratórias.

A competência para fixação das remunerações na empresa, são conforme mapa seguinte:

	Competencia para determinação de remunerações
Remunerações dos membros dos orgãos sociais	Accionista
Remunerações dos directores	Conselho de Administração
Remunerações dos restantes funcionários	Conselho de Administração

Assim, a politica remuneratória prosseguida em 2013, para além de respeitar os princípios definidos no Decreto–Lei nº 71/2007, de 27 de Março, relativo ao Estatuto do Gestor Público, também respeita as alterações na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, que veio alterar o referido Estatuto, particularmente no que respeita à matéria remuneratória. Estas alterações vieram posteriormente a ser objeto de regulamentação e concretização através das RCM nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, e nº 36/2012, de 26 de Março.

Estas decisões traduzem-se assim numa efetiva redução do nível remuneratório dos órgãos sociais, a qual se insere num programa mais vasto de um real abaixamento de toda a estrutura salarial praticada de forma generalizada nos setores Administrativo e Empresarial do Estado.

Característica que se mantém na política remuneratória dos órgãos sociais da CE é a total transparência aliás pelas regras de bom governo e pelas boas práticas, disponibiliza no seu site e através do Relatório anual, toda a informação sobre esta matéria. Assim, não só a política geral definida é objeto de divulgação como também a informação individual referente às remunerações pagas a cada um dos membros dos órgãos sociais é objeto de adequada divulgação.

Divulgação das Remunerações

Remuneração da Mesa da Assembleia Geral

Os mandatos, cargos, nomes e vencimentos são os que constam do quadro seguinte:

Mandato			Remuneração Anual	
(Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Fixada	Bruto Pago
2013-2015	Presidente	Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro	0,00	0,00
2013-2015	Secretária	Dr.ª Catarina Amaral Marques	0,00	0,00

Remuneração do Conselho de Administração

Os mandatos, cargos e nomes são os que constam do quadro seguinte:

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012-2014	Presidente	Joaquim António Pais e Jorge	1	Apresentou renuncia em Julho 2013
2012-2014	Vogal	José Manuel Pereira Mendes de Barros	1	
2012-2014	Vogal	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Camara	1	

Só existe um membro do Conselho de Administração a usufruir remuneração pela empresa, o outro membro, não aufere qualquer remuneração pelas funções exercidas, em virtude de auferir remuneração pelo exercício de funções de administração na empresa mãe do Grupo – a Parpública, SGPS.

O único administrador que usufrui remuneração, respeita integralmente o novo estatuto remuneratório do gestor público.

Vogal, executivo (Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara):

- 3.131,49 euros, paga 14 vezes por ano correspondente a remuneração base;
- 1.252,60 euros, paga 12 vezes por ano, correspondente a despesas de representação.

Em cumprimento das boas regras de gestão, tal como previsto no Estatuto do Gestor Público, foram fixados os limites mensais para os encargos referentes a telemóveis, portagens e combustíveis consumidos pelas viaturas de serviço afetas ao administrador executivo que aufere remuneração. O limite das despesas mensais de combustível e portagens é de 313,15 euros, o valor máximo mensal de despesas associadas a comunicações é de 80,00 euros.

É de referir ainda que no decorrer do atual mandato dos órgãos sociais, não há lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração, utilização de cartões de crédito, no cumprimento ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de Janeiro.

Também não existe nenhum regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

De seguida apresenta-se o mapa contendo a informação detalhada e individualizada relativa a todas as remunerações e benefícios auferidos em 2013 pelos administradores:

Remunerações 2013

Unid. (€)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Conselho de Administração		
	Joaquim Pais Jorge (Presidente não Executivo - cessou funções em 03/07/2013)	José Manuel Barros (Vogal Executivo)	Anne Camara (Vogal Executiva)
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	NA	NA	NA
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	NA	NA	NA
1.3. Redução decorrente da Lei 66-B/2012 (€)	NA	NA	NA
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	0	0	43.841
1.5. Despesas de representação (€)	0	0	15.031
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	NA	NA	NA
1.9. Outras (€)	NA	NA	NA
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	NA	NA	960
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	0	0	271
2.3. Subsidio de deslocação (€)	NA	NA	NA
2.4. Subsídio de refeição (€)	NA	NA	NA
2.5. Outras (deslocações, estadas e despesas representaçao) (€)	NA	NA	NA
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime de Proteção Social (€)	0	0	14.873
3.2. Seguros de saúde (€)	0	0	531
3.3. Seguros de vida (€)	NA	NA	NA
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	0	0	9
3.5. Outros (acidentes trabalho) (€)	0	0	1.455
4. Parque Automóvel			
4.1. Marca	NA	NA	LEXUS
4.2. Modelo	NA	NA	IS 220D
4.3. Matrícula	NA	NA	61-IR-31
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	NA	NA	RENTING
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	NA	NA	43.367
4.6. Ano Inicio	NA	NA	2010
4.7. Ano Termo	NA	NA	2014
4.8. Nº Prestações (se aplicável)	NA	NA	48
4.9. Valor Residual (€)	NA	NA	NA
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	NA	NA	9.188
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	NA	NA	1.936
4.12. Plafond anual Combustivel e portagens atribuído (€)	-	-	3.758
4.13. Outros (portagens) (€)	NA	NA	284
5. Informações Adicionais			
5.1.Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	NA	NA	NA
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€)	-	-	-
5.3. Regime de Proteção social	NA	NA	S.Social
5.3.1. Segurança social (s/n)	NA	NA	Sim
5.3.2. Outro (indicar)	NA	NA	Não
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	-	-	-
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	NA	NA	NA

Remuneração do Fiscal Único

O fiscal Único é pago através de uma avença mensal.

Fiscal único efetivo e suplente

A remuneração anual contratualizada com o Órgão de Fiscalização é de 7.000,00 euros

Parque Automóvel

O parque automóvel da empresa é constituído por cinco viaturas:

- Uma afeta à vogal executivo, em regime de renting de acordo com instruções do acionista (DUE 19/11/2008)
- Duas afetas aos Diretores;
- Duas viaturas ligeiras de mercadorias afetas ao normal funcionamento da empresa

Plano de Redução de Custos

Foi conseguida uma redução substancial dos gastos com FSE, tendo ficado a dever-se fundamentalmente á não realização da prova nacional do MOTOGP, à renegociação dos principais contratos de fornecimento e prestação de serviços e aos ganhos de eficiência gerados internamente com melhor utilização da capacidade instalada.

Quanto aos gastos com o pessoal, a redução ronda os 33%, para o que contribuíram significativamente as medidas transversais ao SEE adotadas pelo Governo neste campo, bem como a redução de um membro no conselho de administração.

(Unid.: euros)

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	VARIAÇAO 2013/2010		CUMPRIMENTO
						Absoluta	%	
CMVMC	16.861	10.916	6.062	5.378	1.375	-9.541	-87%	
FSE	6.094.409	6.734.699	6.527.808	2.368.775	1.136.036	-5.598.663	-83%	
Deslocações/Estadas	32.948	37.317	33.072	19.042	2.051	-35.266	-95%	SIM
Ajudas de custo	0	0	0	0	0	0	0%	SIM
Comunicações	58.911	60.853	60.656	40.394	25.051	-35.802	-59%	SIM
Gastos com pessoal	537.599	521.394	501.585	432.799	348.952	-172.442	-33%	
TOTAL	**6.648.868**	**7.267.010**	**7.035.455**	**2.806.951**	**1.486.363**	**-5.780.647**	**-80%**	SIM
Volume de Negócios	3.189.910	3.994.567	2.445.889	3.207.697	1.889.756	-2.104.812	-53%	
Peso dos Gastos no VN (%)	208%	182%	288%	88%	79%			

Redução do Número de Efetivos e de Cargos Dirigentes

(Unid.: euros)

Designação	2010	2011	2012	2013	
Número de RH sem órgãos sociais	15	14	12	12	
Nº de cargos dirigentes sem O.S.	3	3	2	2	
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	6	6	6	5	Inclui Assembleia Geral(2); Conselho Administração(2); Fiscal Único (1)
Gastos totais com pessoal (€)	521.394,00	501.585,00	432.799,00	348.952,01	
Gastos com Órgãos Sociais (€)	131.378,66	147.184,08	120.628,28	75.589,68	em 2012 existiram 2 administradores executivos cuja renuncia ocorreu em Outubro de 2012. A partir de Novembro a nova administração passou a ter apenas 1 administrador executivo com remuneração
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	-	-	-	98.166,54	Até 2012 inclusivé, os dirigentes estão considerados na rubrica "gastos com efectivos sem O.S. e sem Dirigentes" uma vez que não existia divisão entre estes e os outros efectivos
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	390.015,34	354.400,92	312.170,72	175.195,79	Até 2012 inclusivé, os dirigentes estão considerados nesta rubrica, pois não existia divisão entre estes e os outros efectivos;

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A liquidez não imediata foi aplicada conforme os princípios da Unidade de Tesouraria do Estado, através de uma aplicação CEDIC –Certificados Especiais de Divida de Curto Prazo.

RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTE DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Não houve nenhuma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas à empresa no ano de 2013.

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		
	S	N	N.A.
Estatutos actualizados (PDF)			X
Historial, Visão, Missão e Estratégia			X
Ficha sintese da empresa			X
Identificação da Empresa:			
Missão, objectivos, politicas, obrig. serv. público e modelo de financiamento			X
Modelo Governo / Ident. Orgãos Sociais:			
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)			X
Estatuto remuneratório fixado			X
Remunerações auferidas e demais regalias			X
Regulamentos e Transacções:			
Regulamentos Internos e Externos			X
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)			X
Outras transacções			X
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental			X
Avaliação do cumprimento dos PBG			X
Código de Ética			X
Informação Financeira histórica e actual			X
Esforço Financeiro do Estado			X

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação		
	S	N	N.A.
Existência de Site	X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X		
Organigrama	X		
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:			
Identifica dos orgãos sociais	X		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X		
Identificação de comissões existentes na sociedade			X
Identificar sistemas de controlo de riscos		X	
Remuneração dos órgãos sociais	X		
Regulamentos Internos e Externos	X		
Transacções fora das condições de mercado			X
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X		
Código de Ética	X		
Relatório e Contas	X		
Provedor do cliente			X

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/Planos de actividade e Orçamento					
Gerais					
- Maximização da ocupação rentável e visível	X			Orçamento 217 dias; Real 206 ; % real / orçamento 95%	
- Redução de custos operacionais	X			52% de redução em FSE face a 2012; 19% de redução de G. Pessoal face a 2012	
- Redução das dívidas a fornecedores	X			2,669,028 eur - redução em valor face a 2012 92% de redução face a 2012	
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Sem endividamento bancário	
Evolução dos PMP a fornecedores	X			Média 69 dias, dento da convenção com os mesmos	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			173,231,84 eur	Processos em discussão
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos artº 37º da Lei 66-B/2012	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			6.541,34	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			3.442,80	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 66-B/2012			X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratórianos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X			5.850,41	
Restantes trabalhadores - proibiçao de valorizações remuneratórias, nos termos do artº 35 da Lei 66-B/20	X				
Artº 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Contratação Pública					
Aplicaçao das Normas de contratação pública pela Empresa			X		
Aplicaçao das Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendação			X		
Parque Automovel	X			-1	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			87% redução CMVMC; 83% redução FSE; 33% redução G. Pessoal	
Redução de Trabalhadores	X			o CE tem vindo a reduzir os seus quadros desde 2010 em 23%	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			58% de média de disponibilidades depositadas no IGCP durante o ano 2013	

NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA FINAL

Em consequência de imparidade registada no exercício:

- Imparidade resultante da Avaliação efetuada pela Mazars - 11.666.098,45
- Imparidade de Activos Fixos Tangíveis em Curso - 386.296,14
- Imparidade de Dividas a receber – Clientes – 10.623,23

o capital próprio da empresa em 31/12/2013 ascende a € 7.729.910,72 para um capital social de € 30.000.000,00. Esta situação reflete a perda de mais de metade do capital social e enquadra-se no disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, cabendo ao acionista deliberar sobre a solução que, de entre as opções previstas na lei aplicável, considere ser a mais adequada. Numa ótica de continuidade da empresa, quer a solução de redução do capital social, quer a solução de realização de entradas para reforço da cobertura do capital, através do aumento do capital social, ou as duas soluções conjugadas, carecem de autorização (prévia) do membro do Governo responsável pela área das finanças e do sector de atividade, precedida de parecer da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, conforme previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

No âmbito do presente Relatório de Gestão, cabe ao Conselho de Administração alertar o acionista para a situação descrita, encontrando-se à inteira disposição do mesmo na eventualidade de vir a ser incumbido de proceder ao estudo da operação que melhor corresponde ao interesse e à viabilidade futura da empresa.

Nos termos do nº 1 do art. 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informamos não ser a Sociedade devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social ou às Finanças, bem como que não ocorreram factos relevantes após a data do balanço.

Invocando que o sucesso possível alcançado em 2013 só foi viável com sinergias, empenhamento pessoal e apoios institucionais, o Conselho de Administração agradece:

Aos clientes

A todos os colaboradores sem cuja atuação dedicada as metas não teriam sido alcançadas;

À acionista, Parpública, pela confiança e apoio prestados;

Às entidades de controlo, pelo acompanhamento efetuado;

Demais *stakeholders*;

Aplicação de Resultados

Pela leitura dos documentos de prestação de contas verifica-se um resultado líquido negativo de 11.933.271,43 euros, que se propõe seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Estoril, 28 de Março de 2014

A Administração

José Manuel Pereira Mendes de Barros

Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

CE – CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Moeda:Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	4	1.889.755,91	3.207.696,57
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(1.375,07)	(5.377,56)
Fornecimentos e serviços externos	6	(1.136.036,06)	(2.368.774,59)
Gastos com o pessoal	7	(348.952,01)	(432.799,32)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(10.623,23)	(1.755.868,69)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	10	(10.378.575,75)	(1.542.779,06)
Outros rendimentos e ganhos	8	807.637,02	1.454.264,67
Outros gastos e perdas	9	(357.088,17)	(46.340,66)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		(9.535.257,36)	(1.489.978,64)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	(649.999,97)	(1.842.756,54)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	10	(1.673.818,84)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(11.859.076,17)	(3.332.735,18)
Juros e rendimentos similares obtidos	11	1.293,22	557,50
Juros e gastos similares suportados	11	(58.915,92)	(68.882,66)
Resultado antes de impostos		(11.916.698,87)	(3.401.060,34)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(16.572,56)	(13.550,99)
Resultado líquido do período		(11.933.271,43)	(3.414.611,33)

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Moeda:Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	10	9.355.449,85	22.057.844,40
		9.355.449,85	22.057.844,40
Activo Corrente			
Inventários	14	29.244,72	30.619,79
Clientes	15	134.882,77	689.521,26
Adiantamentos a fornecedores	16	53.066,22	3.740,16
Estados e outros entes públicos	17	123.410,69	118.229,86
Outras contas a receber	18	16.528,74	61.088,83
Diferimentos	19	20.880,47	16.846,94
Caixa e depósitos bancários	20	480.377,18	1.282.653,53
		858.390,79	2.202.700,37
Total do activo		10.213.840,64	24.260.544,77
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	21	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	22	15.674,40	15.674,40
Reservas legais	22	18.106,36	18.106,36
Resultados transitados	22	(10.370.598,61)	(6.955.987,28)
Outras variações no capital próprio	22	-	-
		19.663.182,15	23.077.793,48
Resultado líquido do período		(11.933.271,43)	(3.414.611,33)
Total do capital próprio		7.729.910,72	19.663.182,15
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	226.298,06	2.895.325,95
Adiantamentos de clientes	15	2.882,60	7.679,02
Estado e outros entes públicos	17	12.061,59	11.129,67
Accionistas/sócios	24	2.124.366,29	1.014.824,97
Diferimentos	19	31.600,44	370.646,91
Outras contas a pagar	23	86.720,94	297.756,10
		2.483.929,92	4.597.362,62
Total do passivo		2.483.929,92	4.597.362,62
Total do capital próprio e do passivo		10.213.840,64	24.260.544,77

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2013	**2012**
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2.020.077,28	1.666.742,00
Pagamentos a fornecedores	(3.421.711,48)	(3.495.061,96)
Pagamentos ao pessoal	(348.952,41)	(409.676,67)
Caixa gerada pelas operações	(1.750.586,61)	(2.237.996,63)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	18.353,71	(9.882,53)
Outros recebimentos/ pagamentos	46.332,31	(18.929,81)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	**(1.685.900,59)**	**(2.266.808,97)**
Fluxos de caixa das actividadades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		(165.849,92)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	**-**	**(165.849,92)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1.000.000,00	130.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Subsidios		1.000.000,00
Outras operações de financiamento	969,91	109.168,38
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		(412.000,00)
Juros e gastos e similares	(117.345,67)	(45.206,19)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	**883.624,24**	**781.962,19**
Variação de caixa e seus equivalentes	(802.276,35)	(1.650.696,70)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.282.653,53	2.933.350,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**480.377,18**	**1.282.653,53**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	2.500,00	2.500,00
Depósitos bancários	477.877,18	1.280.153,53
	480.377,18	**1.282.653,53**

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2012	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(3.644.062,78)	1.059.800,76	(2.929.819,38)	24.519.699,36
Alterações no período							
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(13.406,30)		(13.406,30)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1.037.122,24)		(1.037.122,24)
Anulação de acréscimos rendimentos períodos anteriores				(2.601.937,00)			(2.601.937,00)
Aplicação dos resultados				(327.882,38)		2.929.819,38	2.601.937,00
Anulação de impostos diferidos				(382.105,12)			(382.105,12)
	-	-	-	**(3.311.924,50)**	**(1.059.800,76)**	**2.929.819,38**	**(1.441.905,88)**
Resultado líquido do período						(3.414.611,33)	(3.414.611,33)
Resultado Integral	**30.000.000,00**	**15.674,40**	**18.106,36**	**(6.955.987,28)**	**-**	**(3.414.611,33)**	**19.663.182,15**
A 31 de Dezembro de 2012	**30.000.000,00**	**15.674,40**	**18.106,36**	**(6.955.987,28)**	**-**	**(3.414.611,33)**	**19.663.182,15**
A 01 de Janeiro de 2013	**30.000.000,00**	**15.674,40**	**18.106,36**	**(6.955.987,28)**	**-**	**(3.414.611,33)**	**19.663.182,15**
Movimentos Período - 2013							
Aplicação dos resultados				(3.414.611,33)		3.414.611,33	-
	-	-	-	**(3.414.611,33)**	-	**3.414.611,33**	-
Resultado líquido do período						(11.933.271,43)	(11.933.271,43)
A 31 de Dezembro de 2013	**30.000.000,00**	**15.674,40**	**18.106,36**	**(10.370.598,61)**	**-**	**(11.933.271,43)**	**7.729.910,72**

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

CE CIRCUITO ESTORIL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2013	**2012**
RUBRICAS		
Vendas e serviços prestados	1.889.755,91	3.207.696,57
Custo das vendas e dos serviços prestados	(863.874,91)	(1.790.567,08)
Resultado bruto / Margem bruta	**1.025.881,00**	**1.417.129,49**
Outros rendimentos	807.637,02	1.454.395,98
Gastos de distribuição		
Gastos administrativos	(416.909,97)	(574.479,30)
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	(13.275.684,23)	(5.637.955,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**(11.859.076,17)**	**(3.340.909,78)**
Gastos de financiamento (liquidos)	(58.915,92)	(60.708,06)
Rendimentos de Investimentos financeiros	1.293,22	557,50
Resultados antes de impostos	**(11.916.698,87)**	**(3.401.060,34)**
Imposto sobre o rendimento do período	(16.572,56)	(13.550,99)
Resultado líquido do período	**(11.933.271,43)**	**(3.414.611,33)**

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A 31 DE DEZEMBRO de 2013

1. INFORMAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA EMPRESA

A **CE – CIRCUITO ESTORIL, SA** é detida pela Parpública, SGPS, SA, pertencente ao Grupo Parpública. As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais, apresentando a Parpública demonstrações financeiras consolidadas.

A **CE – CIRCUITO ESTORIL, SA** tem a sua sede na Avenida Alfredo César Torres, Apartado 49, 2646-901 Alcabideche, Concelho de Cascais, Portugal.

A sociedade até 1 de Abril de 2007 não exerceu qualquer actividade de exploração e o seu património consistia num recinto desportivo afecto aos desportos motorizados, composto por um conjunto de bens, construções e infra-estruturas, que em 1998 estabeleceu um contrato entre si e uma sociedade gestora de património com duração de 15 anos.

A partir de 1 de Abril de 2007 a sociedade exerce a actividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo, S.A.).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da CE Circuito do Estoril, SA foram preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística (SNC).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo conselho de administração em 28 de Março de 2014.

Não foi derrogada qualquer disposição do SNC que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de preparação

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Financeiras da CE – Circuito Estoril, S.A. foram preparadas em harmonia com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicando-se o modelo do custo deduzido de imparidades, na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização de exercícios, consistência e substância sobre a forma e materialidade.

A accionista Parpública, SGPS, S.A. detentora de 100% do Capital Social, deliberou, a alteração da denominação da sociedade anterior (Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.) para a actual sociedade (CE – Circuito Estoril, S.A.) tendo esta designação sido aprovada pelo certificado de admissibilidade nº 627907, emitido em 9 de Março de 2007, pelo RNPC.

Foi igualmente deliberado pelo accionista integrar a actividade de exploração do autódromo exercida anteriormente pela sociedade (Sociedade Gestora do Autódromo, S.A.), na actual sociedade, CE – Circuito Estoril, S.A.

A modalidade escolhida como a mais adequada à referida transferência da actividade consistiu na operação de entrada de activos, a coberto do regime da neutralidade fiscal.

Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os subsídios não reembolsáveis recebidos do Estado, foram contabilizados numa conta dos Capitais próprios (593-Subsídios).

Todos os valores constantes das notas e para as quais não esteja indicada a unidade monetária, estão expressos em EUROS.

Transacções em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação da CE – Circuito Estoril, S A, é o EURO.

Todas as diferenças existentes são levadas a resultados no período em que ocorrem.

Activos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Para os bens transferidos da Sociedade Gestora do Autódromo, foi utilizada a mesma taxa que era praticada por essa Sociedade por forma a que no final do ano 2012 todos os bens constantes da conta Edifícios e Outras Construções se encontrem totalmente depreciados. Em Dezembro de 2013 foi solicitado a entidade independente uma avaliação com referência a 31 Dezembro 2013, para determinação da Quantia Recuperável. As imparidades resultantes dessa avaliação encontram-se reflectidas nas contas (Terrenos e Edifícios) à data de 31 Dezembro. Encontra-se também em fase de preparação um Parecer de entidade independente, sobre as vidas úteis futuras dos Activos Fixos Tangíveis, objecto desta avaliação. Os gastos de depreciações e amortizações em 2014 já irão reflectir as novas vidas úteis apuradas.

Encontram-se registados nesta rubrica activos tangíveis em curso no valor total de 152.425,00 € respeitante ao terreno destinado ao Kartódromo.

Este activo resulta de contrato promessa celebrado em Janeiro de 2012 com a Estamo, para a aquisição de um lote de terreno, sito na Freguesia de Alcabideche, e que é contíguo ao Autódromo, o qual integrava o património do Instituto de Gestão Financeira da Justiça, I.P., visando a sua futura utilização em beneficiação e valorização da infraestrutura do Circuito Estoril. Aguarda-se o registo em nome da CE.

Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas

por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Gastos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica Caixa e seus equivalentes é composta por dinheiro e investimentos altamente líquidos prontamente convertíveis para dinheiro, sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Instrumentos financeiros

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos activos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução quanto à imparidade ou incobrabilidade. Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. Os activos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. A perda por imparidade dos activos financeiros

mensurados ao custo amortizado, corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original. Em relação aos activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo. Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objectivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) no período em que são determinadas. São desreconhecidos activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes

A maioria das prestações de serviços são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Subsídios

Os subsídios destinados às obras da infra-estrutura do autódromo, tiveram origem na realização do Capital em espécie que consta do inventário especialmente preparado par o efeito quando da transferência de Activos e Passivos da Sociedade Gestora do Autódromo, SA, a qual ocorreu em 1 de Abril de 2007.

A operação referida anteriormente segue o regime da neutralidade prevista no art.º 67 e seguinte do CIRC, pelo que os Activos e Passivos objecto de transferência foram inscritos na contabilidade desta sociedade, com os mesmos valores que tinham na contabilidade da anterior sociedade.
Os subsídios do Governo relativos à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente registados no capital próprio e subsequentemente reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos activos associados.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Diferimentos ou Outras contas a pagar ou a receber.

Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco a dez anos para a Segurança Social, conforme aplicação do regime de transição). Deste modo, as declarações fiscais das Empresas incluídas na consolidação dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras à data de 31 de Dezembro de 2013.

Impostos sobre Lucros

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).
Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias. Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada. Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças

temporárias tributáveis excepto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial do goodwill ou reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte, no momento dessa transacção, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, excepto quando o imposto provenha de uma transacção ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, directamente no capital próprio, caso em que o respectivo imposto é directamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

Responsabilidades Contingentes

As responsabilidades Contingentes à data de 31 de Dezembro são as que constam do quadro seguinte:

à data de 31/12/2013 EUROS

Tipo (1)	Descrição (2)	Quantificável (5)	Probabilidade de Ocorrência (6)	Montante (7)	Horizonte Temporal (8)	Observações (9)
Contencioso	Procº nº 4345/12.9TBCSC - Acção Declarativa de Condenação	SIM	15%	573.876,55		O processo tem vários réus envolvidos (não apenas a CE). A CE contestou a acção, aguardando-se o prosseguimento dos ulteriores termos do processo"
Contencioso	Procº nº 1797/05.7TBELSB - Acção administrativa Especial	NÃO				O tribunal de 1ª instancia julgou a acção procedente, encontrando-se pendentes recursos Interpostos pelo Estado Portugues e pela CE para o Tribunal Central Administrativo - Sul, aguardando-se decisão.
Contencioso	Procº nº 991/10.3BESNT - Acção de Contencioso Pre-contratual	NÃO				O Supremo Tribunal Administrativo ordenou que o processo baixasse às instancias inferiores, a fim de ser apurado se a CE deve ser considerada entidade adjudicante para efeitos de aplicaçao do Codigo dos Contratos Publicos e eventual convolação dos autos em processo indemnizatorio.
Leasing operacional	Renting viatura 50-NN-92 - contrato termina a 12/03/2017 rendas por vencer 39 - 511,35 X392= 19,942,65 euros	SIM	100%	19.942,65	12-03-2017	
Leasing operacional	Renting viatura 32-NO-15 - contrato termina a 15/03/2017 rendas por vencer39 - 520,66 X39= 20,305,74 euros	SIM	100%	20305,74	15-03-2017	
Leasing operacional	Renting viatura 61-IR-31 - contrato termina a 27/01/2014 rendas por vencer 1 - 765,67 x 1= 765,67 euros	SIM	100%	765,67	27-01-2014	

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

4. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2013	2012
Vendas de Produtos		
Mercado interno	2.792,37	10.964,67
Sub-total	**2.792,37**	**10.964,67**
Prestação de Serviços - Mercado Interno	1.056.071,54	2.499.878,04
Prestação de Serviços - Uniao Europeia	764.853,00	584.008,61
Prestação de Serviços - Países terceiros	66.039,00	112.845,25
Sub-total	**1.886.963,54**	**3.196.731,90**
Vendas e prestações de serviços	**1.889.755,91**	**3.207.696,57**

5. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	2013	2012
	Mercadorias	Mercadorias
1. Existência iniciais	30.619,79	35.157,35
2. Compras		840,00
4. Existência finais	29.244,72	30.619,79
5.CMVMC (1+2±3-4)	**1.375,07**	**5.377,56**

6. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

	2013	2012
Trabalhos especializados	469.958,78	740.906,99
Inscrição provas		122.000,00
Publicidade	7.594,86	47.181,43
Vigilância e segurança	145.124,00	271.329,53
Honorários	21.510,00	62.506,00
Comissões	80.474,40	11.867,07
Conservação e reparação	31.880,45	344.911,13
Ferramentas e utensilios	4.038,21	7.117,77
Material Escritorio	526,34	630,26
Electricidade	62.313,79	77.673,40
Combustiveis	107.101,13	103.351,91
Agua	72.841,68	2.347,58
Outros fluidos	1.850,50	1.847,81
Deslocações e estadas	2.050,85	19.042,17
Rendas e alugueres viaturas	21.794,38	37.058,21
Rendas Outras	20.519,02	326.229,61
Comunicação	25.051,05	40.394,22
Seguros	26.490,90	45.211,01
Despesas representação		4.553,90
Limpeza,higiene e conforto	25.868,35	58.589,62
Outros	9.047,37	44.024,97
Fornecimentos e serviços externos	**1.136.036,06**	**2.368.774,59**

A CE Circuito Estoril detém o direito, em locações operacionais, de utilização de diversos veículos, os quais levaram ao reconhecimento dos gastos com Rendas e Alugueres de Viaturas acima indicados.

No final do período, a CE tem compromissos por locações operacionais não canceláveis com os seguintes vencimentos:

	2013	2012
A menos de 1 ano	13.195,39	10.729,59
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	27.966,87	765,67

7. GASTOS COM O PESSOAL

	2013	2012
Remunerações		
Orgãos sociais	58.721,76	100.296,54
Pessoal	213.579,53	244.773,11
	272.301,29	**345.069,65**
Prémios de seguro	12.995,24	15.530,51
Encargos sobre remunerações	62.320,68	70.998,90
Outros	1.334,80	1.200,26
Sub-total	**76.650,72**	**87.729,67**
Gastos com o pessoal	**348.952,01**	**432.799,32**

8. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos

	2013	2012
Correcções períodos anteriores	795.575,14	
Outros	12.061,88	1.454.264,67
	807.637,02	1.454.264,67

9. OUTROS GASTOS E PERDAS

Detalhe de outros gastos

	2013	2012
Imposto s/alor acrescentado	62,10	
Imposto de selo	19,77	1.166,08
Imposto unico circulação	83,00	81,00
Taxas	133,00	4.148,15
Outros impostos indirectos		3,33
Multas		449,50
Anulação PEC	7.708,00	1.250,00
Alienações activos tangíveis		68,59
Correcçoes exercícios anteriores	349.065,22	39.163,78
Outros	17,08	10,23
	357.088,17	46.340,66

10. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Terrenos, Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2012						
Custo de aquisição	56.920.954,43	501.770,50	128.457,45	212.998,89	104.624,80	57.868.806,07
Depreciações acumuladas	(32.526.592,03)	(443.067,64)	(123.351,72)	(133.157,98)	(88.967,10)	(33.315.136,47)
Valor líquido	**24.394.362,40**	**58.702,86**	**5.105,73**	**79.840,91**	**15.657,70**	**24.553.669,60**
Adições		7.930,00				7.930,00
Alienações				(1.256,57)		(1.256,57)
Depreciação - exercício	(1.795.417,34)	(23.418,41)	(3.519,23)	(17.885,36)	(2.516,20)	(1.842.756,54)
Depreciação - alienações				740,83		740,83
Valor líquido	22.598.945,06	43.214,45	1.586,50	61.439,81	13.141,50	22.718.327,32
31 de Dezembro de 2012	22.598.945,06	43.214,45	1.586,50	61.439,81	13.141,50	22.718.327,32
Custo de aquisição	56.920.954,43	509.700,50	128.457,45	211.742,32	104.624,80	57.875.479,50
Depreciações acumuladas	(34.322.009,37)	(466.486,05)	(126.870,95)	(150.302,51)	(91.483,30)	(35.157.152,18)
Valor líquido antes imparidade	**22.598.945,06**	**43.214,45**	**1.586,50**	**61.439,81**	**13.141,50**	**22.718.327,32**
Imparidade	(1.542.779,06)					(1.542.779,06)
Valor líquido após imparidade	**21.056.166,00**	**43.214,45**	**1.586,50**	**61.439,81**	**13.141,50**	**21.175.548,26**
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS EM CURSO	882.296,14					882.296,14
TOTAL GERAL	**21.938.462,14**	**43.214,45**	**1.586,50**	**61.439,81**	**13.141,50**	**22.057.844,40**

	Terrenos, Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2013						
Custo de aquisição	56.920.954,43	509.700,50	128.457,45	211.742,32	104.624,80	57.875.479,50
Depreciações acumuladas	(34.322.009,37)	(466.486,05)	(126.870,95)	(150.302,51)	(91.483,30)	(35.157.152,18)
Imparidade	(1.542.779,06)					(1.542.779,06)
Valor líquido	**21.056.166,00**	**43.214,45**	**1.586,50**	**61.439,81**	**13.141,50**	**21.175.548,26**
31 de Dezembro de 2013						
Adições	343.575,00					343.575,00
Alienações/Abates						-
Depreciação - exercício	(621.986,54)	(12.708,22)	(1.586,50)	(11.231,68)	(2.487,03)	(649.999,97)
Depreciação - alienações						-
Valor líquido	**20.777.754,46**	**30.506,23**	**0,00**	**50.208,13**	**10.654,47**	**20.869.123,29**
31 de Dezembro de 2013						
Custo de aquisição	57.264.529,43	509.700,50	128.457,45	211.742,32	104.624,80	58.219.054,50
Depreciações acumuladas	(34.943.995,91)	(479.194,26)	(128.457,45)	(161.534,19)	(93.970,33)	(35.807.152,14)
Valor líquido antes imparidade	**22.320.533,52**	**30.506,24**	**-**	**50.208,13**	**10.654,47**	**22.411.902,36**
Imparidade Terreno-2012	(1.542.779,06)					(1.542.779,06)
Imparidade Terreno-2013	(9.992.279,61)					(9.992.279,61)
Imparidade Edificios-2013	(1.673.818,84)					(1.673.818,84)
Valor líquido após imparidade	**9.111.656,01**	**30.506,24**	**-**	**50.208,13**	**10.654,47**	**9.203.024,85**
ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS EM CURSO	152.425,00					152.425,00
Saldo em 01-01-2013	882.296,14					
Transferido para Activo Tangivel	-343.575,00					
Imparidade 31-12-2013	-386.296,14					
	152.425,00					
TOTAL GERAL	**9.264.081,01**	**30.506,24**	**0,00**	**50.208,13**	**10.654,47**	**9.355.449,85**

Os acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento de perda por imparidade surgem na sequência das reservas nas Certificações Legais das Contas dos últimos anos. Desta forma a CE decidiu contratar uma entidade externa para obter a quantia recuperável dos seus Activos. A avaliação obtida junto da entidade externa, permitiu concluir que a quantia recuperável dos Terrenos e Edifícios da CE – Circuito Estoril ascende a 9.111.656,00 euros. De acordo com a NCRF 12 a quantia recuperável corresponde à quantia mais alta de entre: (i) o Justo valor de um activo menos os custos de vender – estimado em cerca de 4,047 milhões de euros (considerando desprezáveis os custos de vender); e (ii) o seu Valor de Uso – estimado em cerca de 9,112 milhões de euros. O justo valor foi estimado de acordo com a abordagem de múltiplos de mercado. O valor de uso foi estimado pelo método dos discounted cash flows utilizando uma taxa de actualização (WACC) de 6,34%.

Foi igualmente reconhecida uma perda por imparidade nos Activos Fixos Tangíveis em Curso.

Apresenta-se ainda mapa com detalhes da totalidade das imparidades;

	Terrenos, Edifícios e outras construções	Terrenos, Edifícios e outras construções	Activos Fixos Tangiveis - Em Curso	Activos Fixos Tangiveis - Em Curso	Total Imparidade
	2012	2013	2012	2013	2013
Custo de aquisição	56.920.954,43	57.264.529,43	882.296,14	538.721,14	
Depreciações acumuladas	-34.322.009,37	-34.943.995,91	-	-	
Valor líquido antes imparidade	22.598.945,06	22.320.533,52	882.296,14	538.721,14	
Imparidade	-1.542.779,06	-11.666.098,45	0,00	-386.296,14	-12.052.394,59

11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

	2013	2012
Gastos financeiros		
Juros pagos	58.915,92	60.708,06
Outros gastos e perdas financiamento		8.174,60
	58.915,92	**68.882,66**

	2013	2012
Ganhos financeiros		
Juros obtidos	1.293,22	557,50
Outros ganhos		
	1.293,22	**557,50**

Taxa Juro média Financiamento
Gastos

	2013		2012		2011		2010		2009	
	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média	Juros	Tx média
Parpublica - suprimentos	58.915,90	5,60%	53.304,40	5,27%	50.487,09	5,25%	21.133,43	1,59%	22.599,93	2,63%
Conta caucionada	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%	7.403,66	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%	3.540,32	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 3,5%	252,19	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 3,5%	4.683,36	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 0,975%

Nota: Em Dezembro de 2013,foram renegociadas junto do banco, as condições associadas à conta caucionada. A taxa de juro aplicada passa a ser "EURIBOR a 3 meses acrescida de spread de 5%".

Esta medida tem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

12. IMPARIDADES

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

	2013	2012
Imparidade divida a receber clientes	-10.623,23	-1.756.000,00
Reversão divida a receber clientes		131,31
	-10.623,23	-1.755.868,69

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A sociedade encontram-se sujeita a importo sobre as pessoas colectivas (IRC), sendo a taxa actual de 25% acrescida da taxa de derrama. Nos termos do art. 81º do CIRC, a empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas aí previstas.

	2013	2012
Resultado antes de Imposto	(11.916.698,87)	(3.401.060,34)
Taxa de Imposto	26,50%	26,50%
Gastos não dedutíveis	12.070.725,82	3.300.478,56
Efeito correcção imposto diferido	-	0,19
Imposto s/ rendimento	16.572,56	13.550,80
	12.087.298,38	3.314.029,55
Resultado depois de Imposto	154.026,95	
Imposto s/ rendimento corrente **(1)**	16.572,56	13.550,80
Imposto s/ rendimento diferido **(2)**	-	0,19
Imposto s/ rendimento	16.572,56	13.550,99

(1) - Detalhe Imposto s/rendimento	2013	2012
Lucro tributável	154.026,95	
Dedução prejuizos fiscais	(115.520,21)	
- Imposto à taxa normal 25%	9.626,68	
- Derrama	1925,34	
- Desp. Representação	-	910,78
- Conservação viaturas-	129,27	555,34
- Combustíveis	856,99	3.220,82
- Renting viaturas	4.034,28	8.863,86
	16.572,56	13.550,80

(2) - Passivos por Impostos Diferidos	2013	2012
1T 2012 - 375.845,17 x 26,5%		(99.598,97)
2T 2012 - 375.900,63 x 26,5%		(99.613,67)
3T 2012 - 373.622,46 x 26,5%		(99.009,95)
4T 2012 - 316.537,62 x 26,5%		(83.882,53)
	-	**(382.105,12)**

(2) - Activos por Impostos Diferidos	2013	2012
Prejuízos fiscais:		
Final de 2012		382.105,31
	0,00	**382.105,31**

TOTAL IMPOSTO DIFERIDO	**0,00**	**0,19**

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a sociedade não contabilizou activos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais nem pela imparidade não aceite fiscalmente em 2013 que seria considerado gasto, em partes iguais, durante a vida útil dos bens, por ter considerado que não existem expectativas de que a sociedade venha a obter lucros tributáveis futuros.

Apresenta-se de seguida um mapa com os respectivos valores de prejuízos fiscais com indicação da data limite para utilização dos mesmos.

Prejuízos fiscais dedutíveis por ano

Ano	Valor	Ano limite Utilização
2007	648.372,75	2013
2008	77.058,88	2014
2009	1.514.800,04	2015
2010	153.853,38	2014
2011 (reexpresso)	2.923.249,96	2015
2012	1.817.349,41	2016
	7.134.684,42	

14. INVENTÁRIOS

Inventário	2013	2012
Mercadorias	29.244,72	30.619,79
Total inventários	**29.244,72**	**30.619,79**

15. CLIENTES

	2013		2012	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Clientes	134.882,77	134.882,77	689.521,26	689.521,26
Clientes de cobrança duvidosa	1.832.102,64	1.832.102,64	1.821.610,72	1.821.610,72
	1.966.985,41	1.966.985,41	2.511.131,98	2.511.131,98
Perdas por imparidade	(1.832.102,64)	(1.832.102,64)	(1.821.610,72)	(1.821.610,72)
Total Clientes	**134.882,77**	**134.882,77**	**689.521,26**	**689.521,26**
Adiantamento clientes	2.882,60	2.882,60	7.679,02	7.679,02
Total adiantamento clientes	**2.882,60**	**2.882,60**	**7.679,02**	**7.679,02**

16. FORNECEDORES

Descrição	2013	2012
Fornecedores gerais	226.298,06	2.895.325,95
Total saldo fornecedores - correntes	226.298,06	2.895.325,95
Adiantamento a fornecedores		
Fornecedores gerais	53.066,22	3.740,16
Total saldo adiantamento a fornecedores - correntes	53.066,22	3.740,16

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	25.961,59		64.461,71	
Impostos s/ rendimento - IRS		4.923,00		4.058,75
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	97.449,10		53.768,15	
Contribuições p/ segurança social		7.138,59		7.070,92
Outros impostos				
	123.410,69	**12.061,59**	**118.229,86**	**11.129,67**

Detalhe da rubrica de IRC

	2013	2012
Pagamentos por conta	38.400,00	38.892,00
Retenções na fonte	4.134,15	39.120,51
Estimativa de IRC	(16.572,56)	(13.550,80)
Total	**25.961,59**	**64.461,71**

18. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2013		2012	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	196,50	196,50	40,00	40,00
Adiantamento orgãos sociais	14.608,94	14.608,94	59.975,43	59.975,43
Remunerações orgãos sociais		0,00		0,00
	14.805,44	14.805,44	60.015,43	60.015,43
Acrescimos de rendimentos				
Juros a receber		0,00	0,00	0,00
Turismo Portugal - Moto GP 2011		0,00	0,00	0,00
Outros acrescimos	1.723,30	1.723,30	1.073,40	1.073,40
	1.723,30	1.723,30	1.073,40	1.073,40
Outras contas a receber	**16.528,74**	**16.528,74**	**61.088,83**	**61.088,83**

19. DIFERIMENTOS

	2013	2012
Seguros	13.627,53	16.111,36
Manutenção	1.884,08	735,58
Outros serviços	5.368,86	
Gastos a reconhecer	**20.880,47**	**16.846,94**
Reservas circuito	26.835,00	369.324,56
Codrives a realizar	3.443,09	
Outros rendimentos	1.322,35	1.322,35
Rendimentos a reconhecer	**31.600,44**	**370.646,91**

20. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	2013	2012
Numerário		
- Caixa	2.500,00	2.500,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	477.877,18	1.280.153,53
- Depósitos a prazo		
	477.877,18	1.280.153,53
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	480.377,18	1.282.653,53

21. CAPITAL REALIZADO

A seguinte entidade detêm mais de 20% do capital subscrito:

Entidade	%
Parpública- Participações Públicas, SGPS, S A	100,00

	2013		2012	
	Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
	15.000.000	30.000.000,00	15.000.000	30.000.000,00
Capital Realizado	**15.000.000**	**30.000.000,00**	**15.000.000**	**30.000.000,00**

22. VARIAÇÕES CAPITAIS PRÓPRIOS

CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2012	30.000.000,00	15.674,40	18.106,36	(3.644.062,78)	1.059.800,76	(2.929.819,38)	24.519.699,36
Alterações no período							-
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Obras/rect.preços					(13.406,30)		(13.406,30)
Anul.imp.diferidos s/sub.investimento-Outros subsidios					(1.037.122,24)		(1.037.122,24)
Anulação de acréscimos rendimentos períodos anteriores				(2.601.937,00)			(2.601.937,00)
Aplicação dos resultados				(327.882,38)		2.929.819,38	2.601.937,00
Anulação de impostos diferidos				(382.105,12)			(382.105,12)
	-	-	-	**(3.311.924,50)**	**(1.059.800,76)**	**2.929.819,38**	**(1.441.905,88)**
Resultado líquido do período						(3.414.611,33)	(3.414.611,33)
Resultado integral	**30.000.000,00**	**15.674,40**	**18.106,36**	**(6.955.987,28)**	**-**	**(3.414.611,33)**	**19.663.182,15**
A 31 de Dezembro de 2012	**30.000.000,00**	**15.674,40**	**18.106,36**	**(6.955.987,28)**	**-**	**(3.414.611,33)**	**19.663.182,15**
A 01 de Janeiro de 2013	**30.000.000,00**	**15.674,40**	**18.106,36**	**(6.955.987,28)**	**-**	**(3.414.611,33)**	**19.663.182,15**
Movimentos Período - 2013							
Aplicação dos resultados				(3.414.611,33)		3.414.611,33	-
	-	-	-	**(3.414.611,33)**	-	**3.414.611,33**	-
Resultado líquido do período						(11.933.271,43)	(11.933.271,43)
A 31 de Dezembro de 2013	**30.000.000,00**	**15.674,40**	**18.106,36**	**(10.370.598,61)**	**-**	**(11.933.271,43)**	**7.729.910,72**

O Capital Próprio ascende a 7.729.910,72 € em 31 de Dezembro de 2013, quando o Capital Social é de 30.000.000,00 €, estando assim perdida metade do capital, sendo necessário proceder à recomposição dos capitais, nos termos dos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais.

23. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2013		2012	
	Corrente	**Total**	**Corrente**	**Total**
Fornecedores investimentos				
Fornecedores gerais	17.563,88	17.563,88	24.396,86	24.396,86
Outros credores				
Sindicatos	53,33	53,33	46,37	46,37
Credores diversos		0,00	0,00	0,00
Acréscimos de gastos				
Férias,sub. Férias e encargos	42.236,24	42.236,24	43.941,29	43.941,29
Juros fora do IGCP a pagar		0,00	109.168,39	109.168,39
Juros a pagar-Bancos	108,33	108,33	58.721,51	58.721,51
Outros	26.759,16	26.759,16	61.481,68	61.481,68
Outras contas a pagar	**86.720,94**	**86.720,94**	**297.756,10**	**297.756,10**

24. ACIONISTAS/SÓCIOS (TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS)

As transacções com partes relacionadas foram feitas em termos equivalente aos que prevalecem nas transacções em que não existe relacionamento entre as partes.

Os saldos e transacções com partes relacionadas, ou seja, com Empresas entre as quais existe a capacidade de controlo ou de exercer influência significativa na tomada de decisões financeiras e operacionais, são como segue

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ACCIONISTAS - Parpública						
Empréstimos	1.961.658,88		1.961.658,88	961.658,88		961.658,88
Outras Operações	162.707,41		162.707,41	53.166,09		53.166,09
	2.124.366,29	**0,00**	**2.124.366,29**	**1.014.824,97**	**0,00**	**1.014.824,97**

Alcabideche, 28 de Março de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS**